

De olho na qualidade do combustível

Segundo levantamento do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), em junho de 2011 o Brasil tinha exatamente 67.545.237 veículos registrados. Desses, considerando carros, motos, caminhões e outros tipos de automotores, 35 milhões se somaram à frota em circulação nos últimos dez anos, ou seja, a frota mais que duplicou desde 2001. Esse cres-

cimento traz à pauta vários temas de interesse da sociedade, entre eles a produção, a distribuição e o consumo de combustíveis, com repercussões ambientais e econômicas diversas. O *Especial Cidadania* desta semana mostra como esses assuntos estão sendo tratados pelo Senado e dá dicas para os consumidores de como fiscalizar o preço e a qualidade do combustível.

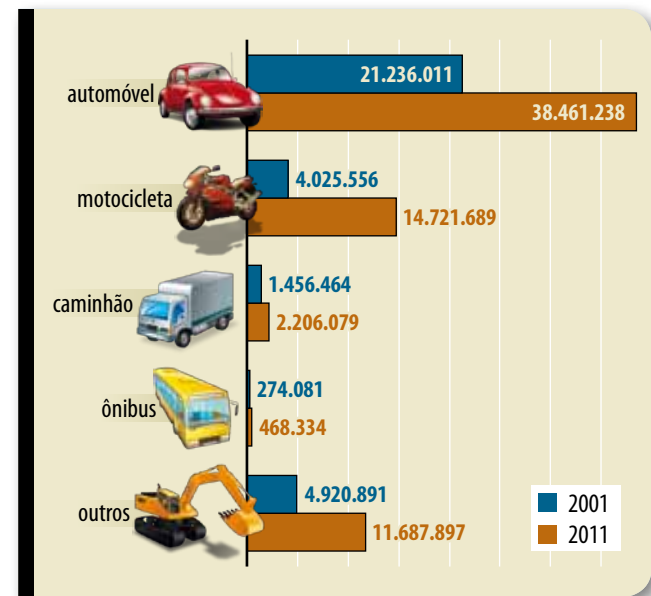
Ano Vinte/Senado Federal



Na bomba de combustível, é preciso atenção ao preço, à qualidade e ao fornecedor

Crescimento vertiginoso

Frota de veículos no país mais que duplicou nos últimos dez anos. Motocicletas registraram o maior salto



Fontes: Ministério das Cidades, Denatran, Renavam

ANP dá dicas e conselhos para proteger seus direitos

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) divulgou, no início do mês, uma série de dicas para orientar o consumidor na hora de abastecer.

O preço dos combustíveis não é tabelado. Uma das primeiras dicas ao consumidor é checar se o preço no painel à entrada do posto – obrigatório por lei, de fácil visualização a distância, tanto de dia quanto à noite – é o mesmo na bomba. A ANP recomenda que, antes de ir ao posto, o consumidor consulte sua pesquisa semanal de preços, no site www.anp.gov.br.

A bomba deve ter indicação destacada do combustível vendido, deixando também claro se é comum ou aditivado. O posto deve informar a origem de seus produtos. Aqueles sem distribuidora exclusiva (bandeira branca) têm que informar, em cada bomba, qual foi a distribuidora que forneceu o combustível.

Além disso, os postos também estão obrigados a pô-

em quadro de aviso facilmente visível o nome e a razão social do revendedor varejista e o telefone 0800 970 0267 do Centro de Relações com o Consumidor (CRC) da ANP (a ligação é gratuita). Para registrar uma queixa pelo CRC, é importante fornecer o maior número de informações possível e, por isso, a ANP recomenda que o consumidor sempre exija e guarde a nota fiscal do combustível adquirido.

Toda bomba deve ter o selo do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). Caso o consumidor desconfie que a quantidade de combustível que pagou é diferente da que foi posta no tanque, pode pedir ao posto que faça o chamado teste de vazão, que o posto não pode se negar a realizar. No teste, o representante do posto deve utilizar medida-padrão de 20 litros certificada pelo Inmetro. A diferença máxima permitida é de 0,5% (100 ml para mais ou para menos).

Controle de qualidade

A ANP oferece uma seção em seu site intitulada Qualidade dos Combustíveis. Veja as principais dicas:

Gasolina comum e aditivada

O excesso de etanol anidro (acima da porcentagem determinada por lei, entre 18% e 25%) e a adição de solventes são as principais irregularidades encontradas na gasolina. Se o consumidor suspeitar da qualidade de uma gasolina, pode e deve pedir no posto que realizem na hora o "teste da proveta", que mede a porcentagem de etanol misturado à gasolina.

Etanol hidratado

Uma adulteração muito comum é vender, no lugar do etanol hidratado (aquele que é combustível), uma mistura de etanol anidro (aquele que é misturado à gasolina, que tem cor laranja) com água. É o chamado "álcool molhado". Verifique se o etanol hidratado está límpido, isento de impurezas e sem coloração alaranjada. A cor alaranjada pode ser sinal de irregularidade. Confira também se é o etanol adequado para motores: seu teor alcoólico deve estar entre 95,1% e 96,6% em volume (92,5% e 93,8% em massa). Ou entre 97,1% e 98,6% em volume (95,5% e 97,7% em massa), no caso do produto "premium". Se duvidar, solicite o teste de verificação do teor alcoólico.

Obrigação de divulgar preços pela internet

Os postos de gasolina poderão ser obrigados a informar o preço de todos os tipos de combustíveis que comercializam na página eletrônica da ANP. É o que propõe o senador Ivo Cassol (PP-RO) em projeto (PLS 353/11) atualmente em análise na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

De acordo com a proposta, cada estabelecimento revendedor varejista deverá informar, por meio do site da ANP, o preço dos combustíveis atualizado. O estabelecimento que descumprir a determinação será multado em valor entre R\$ 5 mil e R\$ 50 mil.

Outro projeto relativo à comercialização de combustíveis é o PLS 51/11, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que permite a aplicação, na região Norte, de percentual de álcool etílico anidro combustível à gasolina inferior ao aplicado no restante do país. Por dificuldades de logística, o álcool produzido no Nordeste e no Sudeste chega muito caro ao Norte, justifica o senador. Além disso, Mozarildo considera necessário adequar o percentual da região Norte ao da Venezuela, que aplica percentuais mínimos inferiores aos exigidos no Brasil, já que estados como Roraima podem importar o combustível do país vizinho. O projeto está na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde receberá decisão final.

Política de preços e regulação do mercado serão debatidas na CMA

A política de preços de combustíveis e a conjuntura do mercado internacional de petróleo serão debatidas pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Legislação Participativa (CMA). A realização da audiência pública, proposta pelo presidente do colegiado, senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), já foi aprovada e aguarda definição de data.

Em recente audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), foi discutida a regulação do mercado de etanol e os altos preços desse combustível. De acordo com a MP 532/11, edi-

tada no final de abril, as atividades de regulamentação e fiscalização do setor são agora responsabilidade da ANP. Para que isso fosse possível, a medida provisória passou a classificar o etanol como combustível, e não mais como produto agrícola. A MP tramita na Câmara dos Deputados e ainda não foi analisada pelo Senado.

Na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) será examinado, em caráter terminativo, o projeto (PLS 252/11) de Acir Gurgacz (PDT-RO) que cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis (Promicro).

Saiba mais

Centro de Relações com o Consumidor da ANP

0800 970 0267 ou
www.anp.gov.br/faleconosco

Teste da proveta para qualidade da gasolina

www.anp.gov.br/duvidasfrequentes, no link "Qualidade dos Combustíveis"

Pesquisa semanal de preços da ANP

www.anp.gov.br/precos ou pelo celular (www.anp.gov.br/mpreco)

CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM
WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL